



AGEHAB – AGÊNCIA GOIANA DE HABITAÇÃO S/A CNPJ – 01.274.240/0001-47							
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017							
ATIVO	Nota	31 DEZEMBRO 2017(Societário)	31 DEZEMBRO 2016(Societário)	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31 DEZEMBRO 2017(Societário)	31 DEZEMBRO 2016(Societário)
ATIVO CIRCULANTE	4	25.712.597,80	33.074.831,54	PASSIVO CIRCULANTE	6	7.152.833,25	6.979.337,20
Disponibilidades Financeiras	4.1	5.749.625,92	8.730.911,04	Obrigações Trabalhistas	6.1	229.833,36	114.130,31
Títulos e Valores Mobiliários	4.1	3.805.443,57	9.887.262,25	Obrigações Previdenciárias	6.1	639.436,64	367.113,96
Prestações a Receber	4.2	559.177,86	77.612,44	Obrigações Tributárias	6.1	399.213,22	589.651,02
Adiantamentos Concedidos a Obras	4.3	14.555.450,13	13.561.994,74	Fornecedores de Bens e Serviços	6.2	490.197,69	766.442,75
Antecipações a Empregados	4.4	111.257,11	0,00	Tributos Parcelados	6.3	170.415,92	61.685,62
Tributos a Recuperar	4.5	876.168,77	754.978,29	Provisões Trabalhistas	6.4.a	2.618.281,33	2.586.666,92
Estoque de Bens	4.6	55.474,44	62.072,78	Contingências Trabalhistas	6.4.b	736.611,98	736.611,98
				Adiantamentos Recebidos de Obras	6.5	1.868.843,11	1.757.034,64
ATIVO NÃO CIRCULANTE	5	12.484.822,58	12.566.608,39	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	7	6.211.111,19	11.770.392,83
Realizável A Longo Prazo	5.1	10.574.259,08	8.813.460,45	Exigível a Longo Prazo	7.1	6.211.111,19	11.770.392,83
Devedores por Vendas Compromissadas	5.1.a	535.626,20	1.043.202,54	Créditos para Recursos Vinculados	7.1.a	6.146.921,91	11.625.747,38
Devedores por Créditos Repassados	5.1.b	5.585.267,23	5.561.678,45	Tributos Parcelados	7.1.b	64.189,28	144.645,45
Unidades Residenciais Programas	5.1.c	1.900.000,00	1.900.000,00	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8	24.833.475,94	26.891.709,90
Terenos Edificações ou Urbanização	5.1.d	2.450.953,40	54.655,68	Capital Social	8.1	132.224.051,15	110.917.981,64
Depósitos Judiciais	5.1.e	75.736,31	227.247,84	Reservas de Capital	8.2	9.389.064,77	9.389.064,77
Devedores Diversos	5.1.f	26.675,94	26.675,94	Resultado de Apuração	8.3	-116.779.639,98	-93.415.336,51
Imobilizado	5.2.a	1.000.166,47	3.115.461,28				
Bens Tangíveis	5.2.a	1.000.166,47	3.115.461,28				
Bens Móveis		1.762.346,64	1.321.016,84				
Bens Imóveis		300.302,82	2.696.600,54				
(-) Depreciações Acumuladas		-1.062.482,99	-902.156,10				
Intangível	5.2.b	910.397,03	637.686,66				
Bens Intangíveis	5.2.b	910.397,03	637.686,66				
Software		1.019.181,58	676.916,26				
(-) Amortizações Acumuladas		-108.784,55	-39.229,60				
TOTAL DO ATIVO		38.197.420,38	45.641.439,93	TOTAL DO PASSIVO		38.197.420,38	45.641.439,93

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (Societário)			
Valores em Reais	NOTA	31 de Dezembro de 2017 (Societário)	31 de Dezembro de 2016 (Societário)
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	9.1	5.450.690,20	4.351.628,11
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	10	-22.668.441,90	0,00
Mão de Obra Aplicada	10.1	-19.224.846,98	0,00
Serviço de Terceiros aplicados	10.2	-2.841.278,95	0,00
Outros Custos Operacionais	10.3	-135.164,54	0,00
Custos com Obras Cíveis	10.4	-467.151,43	
LUCRO OPERACIONAL BRUTO (PREJUÍZO)		-17.217.751,70	4.351.628,11
DESPESAS OPERACIONAIS	11	-6.668.883,25	-21.814.923,50
Despesas Administrativas	11.1	-6.199.901,96	-20.378.447,71
Despesas Tributárias	11.3	-351.602,49	-773.302,04
Outras Despesas Operacionais	11.4.c	-117.378,80	-663.173,75
OUTRAS DESPESAS E RECEITAS		-386.332,17	-2.263.439,47
Depreciação e Amortização	11.4.a	-212.781,06	-190.221,63
Contribuições Patronais	11.4.b	-173.257,31	-175.358,24
(+)Receitas Eventuais		0,00	0,00
Perdas de Capital	11.4.d	-293,80	-1.897.859,60
RESULTADO FINANCEIRO LIQUIDO		709.863,50	732.825,73
Despesas Financeiras	11.2	-98.775,71	-228.887,32
(+) Receitas Financeiras	9.1.b	808.639,21	961.713,05
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS S/LUCRO		-23.563.103,62	-18.993.909,13
RESULTADO LIQUIDO DO EXERCÍCIO		-23.563.103,62	-18.993.909,13

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		
DFC – DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO	Valores em reais (\$) 31/12/2017 (Societário)	Valores em reais (\$) 31/12/2016 (Societário)
1. FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
(Prejuízo) Líquido	(23.563.103,62)	(18.993.909,13)
Ajustes de Exercícios Anteriores no Patrimônio Social	198.800,15	1.343.018,89
Subtotal	(23.364.303,47)	(17.650.890,24)
Ajustes para reconciliar Déficit com Caixa gerado pelas Operações		
Depreciação e amortização	229.881,84	(499.632,95)
Subtotal	229.881,84	(499.632,95)
(Acréscimo) decréscimos do Realizável a Curto Prazo		
Títulos e Valores Mobiliários	6.081.818,68	(739.508,33)
Antecipações a Empregados	(111.257,11)	90.795,72
Adiantamentos Concedidos a Obras	(993.455,39)	(395.921,49)
Prestações a Receber Conjuntos e Loteamentos	(481.565,42)	219.777,15
Estoques de Bens	6.598,34	(2.915,36)
Tributos a Recuperar	(121.190,48)	(147.082,01)
Subtotal	4.380.948,62	(974.854,32)
Acréscimo (Décrécimo) do Exigível a Curto Prazo		
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Tributárias	197.607,73	212.016,42
Contratos Adiantamentos	-	(200,00)
Fornecedores de Bens e Serviços	(276.264,86)	180.731,61
Tributos Parcelados	108.730,30	(118.276,70)
Provisões Trabalhistas e Contingências	31.614,41	(705.439,40)
Adiantamento Recebidos de Obras	111.808,47	(1.446.794,56)
Subtotal	173.496,05	(1.877.962,63)
(=) Caixa Líquido das Atividades Operacionais	(18.579.976,96)	(21.003.340,14)
2. FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Investimentos Corrigidos	-	5.545,17



Baixa (Aquisições) de Investimentos/ Imobilizado	1.954.967,92	2.312.122,67
Baixa (Aquisições) de Intangível	(342.265,32)	(655.192,26)
(=) Caixa Líquido das atividades de investimentos	1.612.702,60	1.662.475,58
3. FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Integralização de Capital	21.306.069,51	16.235.534,92
(Acréscimo) decréscimos do Realizável a Longo Prazo		
Devedores por Vendas Compromissadas	507.576,34	(74.019,49)
Infra Estrutura de Conjuntos Habitacionais	(23.588,78)	(254.394,00)
Depósitos Judiciais	151.511,53	(48.864,08)
Devedores Diversos	-	(26.675,94)
Terrenos Destinados Edificações	(2.396.297,72)	-
Subtotal	19.545.270,88	15.831.581,41
Acréscimo (Decréscimo) do Passivo não Circulante		
Créditos Para Recursos Vinculados Obras e Convênios	(5.478.825,47)	6.375.847,59
Tributos Parcelados	(80.456,17)	40.435,03
Subtotal	(5.559.281,64)	6.416.282,62
4. (=) Caixa Líquido das atividades de Financiamento	13.985.989,24	22.247.864,03
5. (=) AUMENTO/ (REDUÇÃO) DO CAIXA LÍQUIDO	(2.981.285,12)	2.906.999,47
6. AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(2.981.285,12)	2.906.999,47
Caixa e Equivalentes de Caixa no início do exercício	8.730.911,04	5.823.911,57
Caixa e Equivalentes de Caixa no fim do exercício	5.749.625,92	8.730.911,04

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (Societário)							
DISCRIMINAÇÃO	Capital Realizado Atualizado		Reservas de Capital		Reservas de	Resultado Apurado	Total
	Capital Subscrito	A Realizar	Investimento em Ações	Edificações	Reavaliação De Ativos Próprios		
Saldos em 31/12/2016	129.133.567,16	-18.215.585,52	6.789.064,77	2.600.000,00	0,00	-93.415.336,51	26.891.709,90
Ajustes de Exercícios Anteriores.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	198.800,15	198.800,15
Aumento de Capital, Ata 47ªAGO/95ªAGE	20.000.000,00	-20.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização de Capital Social em 2017	0,00	21.306.069,51	0,00	0,00	0,00	0,00	21.306.069,51
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Apurado do Período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-23.563.103,62	-23.563.103,62
Saldos em 31/12/2017	149.133.567,16	-16.909.516,01	6.789.064,77	2.600.000,00	0,00	-116.779.639,98	24.833.475,94

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FIM DO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

1. CONTEXTO OPERACIONAL

APRESENTAÇÃO

AGÊNCIA GOIANA DE HABITAÇÃO S/A – AGEHAB, inscrita no CNPJ sob nº 01.274.240/0001-47 com sede na Rua 18-A, nº 541, Setor Aeroporto, Goiânia, Goiás, CEP 74.070-060 é uma sociedade de Economia mista de Direito Privado, sucedânea da COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE GOIÁS - COHAB-GO, criada na forma do Decreto-Lei Estadual nº 226, de 03 de julho de 1970 e lei Municipal de Goiânia nº 4.652, de 29 de dezembro de 1972, e transformada em Agência Goiânia de Habitação, através da Lei Estadual Nº 13.532 de 15 de outubro de 1999, credenciada para administrar a carteira habitacional pertencente ao Estado de Goiás e subordinada ao controle acionário do Governo de Goiás. Dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e autonomia administrativa e financeira, integrante da Administração indireta, Jurisdicionada à Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos – SECIMA.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com as Leis 6.404/76, 11.638/07 e 11.941/09, abrangendo a legislação societária brasileira, os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

3. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

a) Regime de Escrituração – A entidade adota o regime de competência para registro de suas operações. A aplicação desse regime implica no reconhecimento dos ingressos, dispêndios e despesas quando ganhas ou incorridas, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento.

b) Provisão para Férias - É constituída com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço e inclui os correspondentes encargos sociais. Suportado por relatórios.

c) Demais ativos e passivos – Circunscritos em período previsto de até 12 meses do exercício subsequente estão classificados como Curto Prazo Circulante, e os acima de 12 meses no Ativo e Passivo Não Circulante.

d) Ativo Imobilizado – Os itens pertencentes ao Ativo Imobilizado estão registrados ao custo de aquisição. Os encargos de depreciação são reconhecidos pelo método linear e depreciados baseados nas depreciações fiscais e econômicas.

e) Demais Passivos Circulantes – os demais passivos circulantes, são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias.

f) Passivos não Circulantes - Os passivos não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até 31 de dezembro de 2017, não possuindo previsão de taxa de desconto.

g) Receitas e Despesas - As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de Competência. As apropriações das receitas e despesas foram registradas na data em que ocorreram o fato gerador.

4. ATIVO CIRCULANTE

4.1 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

São compostas pelo caixa, contas bancárias, aplicações financeiras de liquidez imediata e conta poupança de recurso próprio (AGEHAB). E de contas bancárias com vinculação a contratos junto à Caixa Econômica Federal (CEF)/FGTS, sendo utilizadas exclusivamente para pagamentos dos contratos para construção das unidades habitacionais, conveniadas como Estado de Goiás junto a Secretaria da Fazenda (Fundo de Compensação de Valores Salariais-FCVS), Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Me-

tropolitanos – SECIMA (Convênio de Cooperação Técnica nº 001/2017) e Ministério das Cidades (Programa de Aceleração do Crescimento-PAC). A redução dos saldos bancários é justificada devido à finalização e entrega de várias obras durante o ano de 2017.

4.2 CLIENTES

Refere-se a Prestações a receber dos bens imóveis comercializados no Conjunto Habitacional Parque Atheneu conforme Ata AGE nº 75ª de 29/01/2010.

4.3 ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A OBRAS

Os adiantamentos concedidos a obras são oriundos de repasse efetuados através de recursos próprios (AGEHAB) para as contas correntes das obras vinculadas a convênio CEF/FGTS e obras diretas (Real Conquista, Acreúna, João Paulo) para subsidiar serviços, materiais, salários, impostos e outros custos aplicados na construção das unidades habitacionais. Sendo apurado na conclusão da obra lucro/prejuízo da construção.

4.4 ANTECIPAÇÕES A EMPREGADOS

Refere-se à quitação das férias aos empregados que serão compensados nas competências subsequentes.

4.5 TRIBUTOS A RECUPERAR

Refere-se a IRRF sobre Aplicações Financeiras/Poupança e IRRF Retido da nota fiscal emitida para Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás, valores atualizados conforme taxa SELIC.

Solicitado junto à Receita Federal, através PERDCOMP pedido de restituição, em análise até a presente data.

4.6 ESTOQUE DE BENS (CONSUMO INTERNO)

O estoque de materiais (almoxarifado) destinados ao consumo interno é avaliado ao custo médio de aquisição. Sendo controlados através de inventários periódicos.

5. ATIVO NÃO-CIRCULANTE

5.1 REALIZÁVEL À LONGO PRAZO

a) DEVEDORES POR VENDAS COMPROMISSADAS - Refere-se a Prestações a receber dos bens imóveis comercializados no Conjunto Habitacional Parque Atheneu conforme Ata AGE nº 75ª de 29/01/2010.

b) DEVEDORES POR CRÉDITOS REPASSADOS –

b.10 Crédito com a Prefeitura de Anápolis estão atualizados pelo índice UPC (Unidade Padrão de Capital), refere-se a valores repassados para construção de infraestrutura de conjuntos habitacionais contrato renegociado em 19/01/1973.

b.2 Em 2017 foram realizadas compensações referente a crédito junto à Prefeitura de Goiânia, realizado encontro de contas com débitos de ITU. Valor atualizado monetariamente, saldo remanescente no valor de R\$ 69.091,18.

c) UNIDADES RESIDENCIAIS DE PROGRAMAS DE GOVERNO, no município de Senador Canedo e Aparecida de Goiânia:

Descrição da Conta	Saldo Contábil
Conjunto Sabia- Senador Canedo	R\$ 1.723.255,56
Conjunto Planície - Aparecida de Goiânia	R\$ 176.744,44
SOMA	R\$ 1.900.000,00

Realizado avaliações patrimoniais durante o ano de 2017 apurado que o valor contábil é menor que o valor justo, baseado no PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC 31.

d) TERRENOS DESTINADOS EDIFICAÇÕES OU URBANIZAÇÃO



LOCALIDADE	QUADRA	LOTE	RUA	AREA (m2)	Valor M2	Valor Contábil	
CONJUNTO SANTOS DUMONT	114	5	Rua 04	550	18,72	10.296,00	A Agência Goiana de Habitação S/A responde por processos judiciais de natureza Trabalhista, Fiscal e Civil.
CONJUNTO SANTOS DUMONT	116	15	Rua 10	450	18,72	8.424,00	Processos de Natureza Cívica, não provisionados, pelo fato do valor da obrigação não poder ser mensurado com suficiente confiabilidade, sendo classificados como PASSIVO PROVÁVEL
CONJUNTO SANTOS DUMONT	116	16	Rua 10	450	18,72	8.424,00	01(Uma) ação cobrança por descumprimento de cláusula contratual, em tramitação;
CONJUNTO SANTOS DUMONT	116	17	Rua 10	1.087,94	18,72	20.364,38	01(Uma) ação ordinária em face regularização de imóveis. Processo em trâmite aguardando citação do atual morador.
CONJUNTO SANTOS DUMONT	116	18	Rua 19	381,8	18,72	7.147,30	Processos de Natureza Cívica, não provisionados, pelo fato do valor da obrigação não poder ser mensurado com suficiente confiabilidade, sendo classificados como PASSIVO POSSÍVEL.
Realizado reclassificação da conta contábil Terrenos (IMOBILIZADO) para a conta Terrenos destinados a Edificações (REALIZAVEL A LONGO PRAZO) no valor de R\$ 2.396.297,72 referente aos lotes localizados no Conjunto Vera Cruz – Fazenda São José, devido a destinação de venda/alienações dos referidos imóveis para construção da segunda etapa do empreendimento Nelson Mandela, conforme informações da administração e baseado no CPC – Comitê de Pronunciamento Contábil nº 31 Ativo não Circulante – Mantido para venda.							01(Uma) ação de Reintegração de posse, em tramitação, processo em fase de contestação;
Realizado avaliações patrimoniais durante o ano de 2017 apurado que o valor contábil é menor que o valor justo, baseado no PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC 31.							01(Uma) ação de cobrança por parte da Saneago, processo em fase de contestação;
e) DEPÓSITOS JUDICIAIS - Valores bloqueados por decisão judicial em contas bancárias oriundas de Ações Trabalhistas e Cívicas.							02(Duas) ações de indenização em face a entrega de cheque moradia, processo em fase de julgamento;
f) DEVEDORES DIVERSOS - Ativo Contingente - Refere-se a direitos potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros.							01 (Uma) ação por indenização por danos materiais e morais, aguardando julgamento do agravo;
Processos Judicial Civil em tramitação, PROVISIONADO, classificados como ATIVO CERTO							08 (Oito) ações por indenização por danos materiais e morais, aguardando julgamento;
Ação Ordinária de Rescisão Contratual Cumulada com Devolução de Valores contra a empresa Bombardi Designar Ltda, que devido a inaplicabilidade do projeto, atualizado monetariamente em R\$ 26.675,94, processo em fase de cumprimento de sentença.							São 21 (Vinte e uma) ações de obrigação de fazer com indenizações de danos morais, processo em fase de contestação e em curso de sentença;
Processos Judiciais Cívicos em tramitação, não sendo possível determinar valores, classificados como ATIVO CERTO							03 (Três) ações de indenização e obrigação de fazer culminadas com pedidos diversos, processos aguarda julgamento;
02 (Duas) Ações de cobrança por descumprimento contratual promovida pela Agehab contra Construtoras contratadas para execução de obras. Há ingressos com cumprimento de sentença, contudo os responsáveis pelas construtoras não são encontradas.							10 (Dez) ações de adjudicações compulsórias, processos em tramitações;
5.2. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL							94 (Noventa e quatro) ações por usucapião, processos em tramitações;
a) Imobilizado							01 (Uma) Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público do Estado de Goiás, contra o Estado de Goiás (AGEHAB) e Município de Goiânia (AMMA), objetivando a regularização fundiária do Conjunto Vera Cruz, foi concedido parcialmente a liminar, para determinar o Município de Goiânia a entrega de levantamento topográfico, processo concluído para sentença.
a.1) O Imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição e os bens são destinados ao funcionamento normal da entidade, os bens sujeitos a depreciação foram depreciados pelo método linear a taxas que levam em conta seu tempo de vida útil econômica, conforme emissão de laudo e informações dos responsáveis pelos bens.							01 (Uma) Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público do Estado de Goiás, contra o Estado de Goiás (AGEHAB) e Município de Goiânia, objetivando na obrigação de fazer consistente em remover as famílias da área de risco do loteamento "Santa Genoveva II", em caso de procedência do pedido, a Agehab deverá ser condenada a concessão de cheque moradia às famílias a serem reassentadas que se enquadrarem nos critérios do cheque moradia;
a.2) Os bens são devidamente identificados por plaquetas, alocados por departamentos e centros de custos.							01 (Uma) ação por parte do Ministério Público do Goiás ingressou com inquérito judicial tendo em vista a ocupação irregular de 22 (vinte e duas) famílias que vivem de forma precária em Área Pública Municipal (ao lado do Albergue do AMEM II, Setor Recanto do Bosque). De forma a sanar a situação, o Município de Goiânia promoveu a desafetação de uma Área Pública localizada na Quadra 14, Setor Jardim das Hortências, e o desmembramento desta em lotes, entregando estes às famílias carentes, entretanto sem a edificação, deixando às citadas a incumbência de promoverem a construção das moradias. Buscou o MP condenar o Município de Goiânia e Agência Goiana de Habitação - AGEHAB em OBRIGAÇÃO DE FAZER, consistente na edificação, em parceria pelo Programa Cheque Moradia, das casas das famílias beneficiadas com lotes urbanos no Setor Jardim das Hortências;
a.3) Realizado reclassificação da conta contábil Terrenos (IMOBILIZADO) para a conta Terrenos destinados a Edificações (REALIZAVEL A LONGO PRAZO) no valor de R\$ 2.396.297,72 referente aos lotes localizados no Conjunto Vera Cruz – Fazenda São José, devido a destinação de venda/alienações dos referidos imóveis para construção da segunda etapa do empreendimento Nelson Mandela, conforme informações da administração e baseado no CPC – Comitê de Pronunciamento Contábil nº 31 Ativo não Circulante – Mantido para venda.							01 (Uma) Ação Civil Pública com Pedido Liminar de antecipação do Efeitos da Tutela em face do Município de Itumbiara, AGEHAB e outros. Segundo o MP-GO, os substitutos processuais que representa estão em situação de hipervulnerabilidade, vivendo em condições profunda miserabilidade. Ciente da existência de conjunto habitacional Santa Helena em que existiam pessoas habitando irregularmente e da suposta desvirtuação dos fins dos imóveis ocupados irregularmente, o MP-GO pede o cumprimento do contrato entre os beneficiários originários, a AGEHAB e o Município de Itumbiara; além da reintegração da posse dos imóveis relacionados à posse da AGEHAB e ao Município de Itumbiara; a imposição da obrigação de fazer à AGEHAB e ao Município de Itumbiara, de modo a proceder com a alocação dos substituídos processuais representados pelo MP-GO. Ressalte-se que a ação ainda se encontra em curso e não houve sentença transitada em julgado;
b) Intangível							01 (Uma) Ação Civil Pública com obrigação de Fazer em face da AGEHAB e do Município de Goiânia, em que trata da ocupação irregular de 22 famílias na Avenida Barbosa Rodrigues no Setor Jardim Mariliza, em Goiânia-GO. Sentença já proferida, em que condena o Município de Goiânia a proceder com o cadastramento das famílias que ocupam irregularmente o logradouro público em questão, além de inserir as não cadastradas em programa de habitação seja por meio de doação de moradia já edificada seja por meio da doação de lote. Caso o município opte pelo segundo caso, a AGEHAB estará obrigada a inserir as referidas famílias no programa "Cheque Moradia", destinado a elas verbas suficientes à edificação de moradia digna.
b.1) No intangível está classificado os sistemas operacionais (SOFTWARE), são licenças por tempo indeterminado de uso "perpétua", adquiridos em 2016 e em implantação durante o ano de 2017, os sistemas corporativo ERP de integração contábil, financeira, departamento pessoal, almoxarifado e sistema de Gestão Eletrônica de Documentos. Amortização é calculada pelo método linear com base na vida útil e as despesas associadas à sua manutenção são reconhecidas como despesas quando incorridas.							Processos de natureza Cívica, não provisionados, pelo fato do valor da obrigação não poder ser mensurado com suficiente confiabilidade, sendo classificados como PASSIVO CERTO
6. PASSIVO CIRCULANTE							01 (Uma) ação por indenização – transferência de imóveis, aguardando decisão para execução.
Os passivos circulantes contemplam as obrigações no período circunscrito até 31 de dezembro de 2017.							Processos de Natureza Fiscal, não provisionados, pelo fato do valor da obrigação não poder ser mensurado com suficiente confiabilidade, sendo classificados como PASSIVO POSSÍVEL.
6.1. Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Tributárias							Aproximadamente 456 (Quatrocentos e cinquenta e seis) processos ativos relativo à execução fiscal promovida pelo município de Goiânia, visando a cobrança de IPTU não pagos pelos possuidores/proprietários dos imóveis no Conjunto Vera Cruz, por parte da Assessoria Jurídica protocola embargos à Execução ou exceção de Pré-executividade.
Refere-se a valores provisionados decorrentes da folha de pagamento, valores descontados, contribuições previdenciárias, FGTS, retenções de impostos federais e municipais, ISS, PIS, COFINS que serão recolhidos e repassados no período subsequente, que são apropriados pelo regime de competência.							Processos de Natureza Fiscal, não provisionados, pelo fato do valor da obrigação não poder ser mensurado com suficiente confiabilidade, sendo classificados como PASSIVO PROVÁVEL.
6.2. Fornecedores de Bens e Serviços							Aproximadamente 50 (Cinquenta) processos ativos relativo à execução fiscal promovida pelo município de Rio Verde, visando a cobrança de IPTU não pagos pelos possuidores/proprietários, por parte da Assessoria Jurídica protocola embargos à Execução ou exceção de Pré-executividade;
Os fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços adquiridos no curso ordinário dos negócios, são reconhecidos pelo regime de competência, através da apresentação de nota fiscal/fatura.							Aproximadamente 04 (Quatro) processos ativos relativo à execução fiscal promovida pelo município de Caldas Novas, visando a cobrança de IPTU não pagos pelos possuidores/proprietários, por parte da Assessoria Jurídica protocola embargos à Execução ou exceção de Pré-executividade.
6.3. Tributos Parcelados							Processos de natureza Trabalhista, não provisionados, pelo fato do valor da obrigação não poder ser mensurado com suficiente confiabilidade, sendo classificados como PASSIVO PROVÁVEL.
Refere-se a parcelamento junto à Receita Federal – Lei nº 11.941/2009 e adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária – PERT (parcelamento Contribuição Previdenciária- INSS), atualizado conforme taxa de juros SELIC.							
6.4. Provisões Trabalhistas e Contingências Judiciais							
6.4.a Proveniente de registros das seguintes contingências: Provisão Férias, 1/3 Férias e os Impostos (INSS e FGTS) no valor de R\$ 2.618.281,33, sendo registradas pelo regime de competência as obrigações com férias, sendo baixados no momento do gozo das férias.							
6.4.b PASSIVOS CONTINGENTES Referem-se a obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros.							
Passivo contingente é:							
(a) uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade; ou							
(b) uma obrigação presente que resulta de eventos passados, mas que não é reconhecida porque:							
(i) não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação; ou							
(ii) o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade.							



gação não poder ser mensurado com suficiente confiabilidade, sendo classificados como PASSIVO POSSÍVEL.

01 (Uma) ação reclamationária trabalhista de funcionário de obras- ACIDENTE DE TRABALHO - Foi designada Audiência de Instrução e Julgamento para dia 28/02/2018;

01 (Uma) ação ex –empregado, pleiteia a nulidade de sua rescisão e sua reintegração aos quadros da empresa, audiência de instrução marcada para o dia 27/03/2018;

01 (Uma) reclamação funcionário em face de locadora de veículos x AGEHAB, audiência de instrução marcada para 14/05/2018;

01 (Uma) ação de ex-empregada – Advogada, pleiteia reconhecimento da jornada de trabalho do advogado e diferenças salariais.

Processos de natureza Trabalhista, não provisionados, pelo fato do valor da obrigação não poder ser mensurado com suficiente confiabilidade, sendo classificados como PASSIVO PROVAVEL.

02 (Duas) ação trabalhista de funcionário no REAL CONQUISTA. Pugna por diferença salarial. Apresentamos RECURSO ORDINÁRIO que ainda não foi julgado; 01 (Uma) Reclamação em face da AGEHAB x Construtora em obras no município de Gouvelândia/GO - Sentença, proferida pela juíza substituta, condenou subsidiariamente a Agehab. Ingressou com Recurso Ordinário que ainda não foi julgado; 01 (Uma) Reclamação em face da AGEHAB x Construtora - Sentença, proferida pela juíza substituta, condenou subsidiariamente a Agehab. Ingressou com Recurso Ordinário que ainda não foi julgado;

Processos de natureza Trabalhista, não provisionado, sendo classificados como PASSIVO CERTO.

01 (Uma) Reclamação em face da AGEHAB x Construtora em obras no município de Souzaândia-Barro Alto/GO. Sentença Desfavorável condenando a AGEHAB subsidiariamente. Assessoria jurídica ingressou com Recurso Ordinário, inclusive fazendo sustentação oral no TRT/18, contudo não logrou êxito. Processo em fase de Execução contra a construtora e seus sócios. O débito provavelmente recairá sobre a AGEHAB via penhora, processo em fase de execução

Processos de natureza Trabalhista, PROVISIONADO, sendo classificados como PASSIVO CERTO.

01 (Hum) processo de funcionários da Agehab, quanto a aplicação dos índices de Convenção Coletiva do Trabalho, processo em fase de cumprimento de sentença, a assessoria jurídica ingressou com impugnação ao laudo pericial no valor de R\$ 736.611,98, devidamente contabilizado e atualizado monetariamente.

6.5 Adiantamentos de Obras

Os adiantamentos recebidos das obras são oriundos de repasse efetuados através de recursos específicos vinculados as obras para as contas bancárias da AGEHAB. Sendo apurado na conclusão da obra lucro/prejuízo da construção.

7. PASSIVO NÃO CIRCULANTE

7.1 EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

7.1.a Os Créditos para Recursos Vinculados refere-se a valores controlados em contas bancárias vinculadas por Contratos, para construções de unidades habitacionais, programa PSH, Resolução 460, FNHIS, SUB 20, PHIS e Convênio de Cooperação Técnica e Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

7.1.b Tributos Parcelados

Refere-se a parcelamento junto à Receita Federal – Lei nº 11.941/2009, atualizado conforme taxa de juros SELIC.

8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido no valor de R\$ 24.833.475,94, está demonstrado com as seguintes contas:

8.1 Capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2.017 no valor de R\$ 132.224.051,15, composto de 132.224.051,15 ações ordinárias nominativas com valor unitário por ação de R\$ 1,00 (um real), sendo o Governo do Estado de Goiás acionista majoritário com 99,93% das ações. Aprovado aumento de Capital, através de Assembleia Geral, Ata 47ªAGO/95ªAGE de 16/05/2017 no valor de R\$ 20.000.000,00 (Vinte milhões de Reais), o valor a Integralizar em 31 de Dezembro de 2017 de R\$ 16.909.516,01.

8.2 Reservas de Capital no valor de R\$ 9.389.064,77, com bens e serviços a realizar, sendo investimentos de ações no valor de R\$ 6.789.064,77 e Edificações no valor de R\$ 2.600.000,00;

8.3 Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores no valor de R\$ 49.037.277,03; Prejuízo do Exercício de 2.014 no valor de R\$ 11.759.984,09; Prejuízo do Exercício de 2.015 no valor de R\$ 19.706.675,98; Prejuízo do Exercício de 2.016 no valor de R\$ 18.993.909,13; Prejuízo do Exercício de 2.017 no valor de R\$ 23.563.103,62;

Ajustes positivos de Exercícios Anteriores no valor de R\$ 6.281.309,87; Prejuízo Acumulado total é de R\$ 116.779.639,98.

9. APURAÇÃO DO RESULTADO

9.1.RECEITAS LÍQUIDA

9.1.a) Receita Operacional Bruta

É reconhecida tomando por base a prestação de serviço da administração da carteira imobiliária do Estado de Goiás, taxas de expedientes e resultado financeiro das obras concluídas durante o período de 2017.

9.1.b) Receitas Financeiras

É reconhecido baseado nos rendimentos das aplicações financeiras/poupança de recursos próprio, atualização e variação monetária de financiamento de conjunto do Parque Atheneu e Município de Anápolis.

9.1.c) Deduções da Receita – Refere-se aos impostos incidentes sobre a receita (ISS, PIS, COFINS)

10. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

10.1 MÃO DE OBRA APLICADA – Refere-se apropriação por regime de competência dos valores de salários, férias, 13º salário, contribuição previdenciária, FGTS, vale transporte, vale alimentação, estagiários e todos os encargos relacionados com pessoal, controlados através dos centros de custos.

10.2 SERVIÇOS DE TERCEIROS

Reconhecimento dos custos de serviços de terceiros aplicados na execução da operacionalização, como:

Locação de veículos, locação de bens, serviços gráficos, eventos e divulgação, levantamento cadastral, entrega de documentos, manutenção de software e outros.

10.3 CUSTOS COM VIAGENS A SERVIÇO E UTILIDADES

Refere-se às diárias pagas aos empregados efetivos relacionados a viagens a eventos, vistorias e fiscalizações de obras, reuniões, cadastramento e seguros dos prestamistas.

10.4 CUSTOS OBRAS CIVIS – Materiais e Serviços aplicados nas construções de unidades habitacionais subsidiados por recurso próprio (AGEHAB).

11. DESPESAS OPERACIONAIS

11.1 DESPESAS ADMINISTRATIVAS

11.1.a) PESSOAL - Refere-se apropriação por regime de competência dos valores de salários, férias, 13º salário, contribuição previdenciária, FGTS, vale transporte, vale alimentação, estagiários e todos os encargos relacionados com pessoal, controlados através dos centros de custos dos setores administrativos e Conselheiros de Administração e Fiscal;

11.1.b) MATERIAL DE CONSUMO E UTILIDADES - Reconhecimento por regime de competência, materiais de escritório, informática, copa e cozinha, manutenções e telefonia fixa e móvel, energia elétrica, água e esgoto, internet, lanches e refeições, correios, cartórios;

11.1.c) SERVIÇOS DE TERCEIROS – Manutenções prediais, auditoria externa, assinatura de jornais, portaria e vigilância, limpeza e conservação e outros.

11.2 DESPESAS FINANCEIRAS

Refere-se às tarifas bancárias debitadas das contas bancárias, juros e multas passivas devidamente justificadas, atualizações monetárias passivas decorrentes de financiamentos do Parque Atheneu e multa indedutível decorrente de processo trabalhista.

11.3 DESPESAS TRIBUTÁRIAS

Refere-se IOF, ISTI para regularização de imóveis, IPTU e ITU dos imóveis do arquivo situado no Arquivo Riviera e Sede no Setor Aeroporto, taxas federais e municipais.

11.4 OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

11.4.a Apropriações de depreciações e amortizações dos bens tangíveis e intangível, baseado na vida útil econômica,

11.4.b Contribuições Patronais e Associações ligadas ao Sindicato de categoria;

11.4.c Indenizações Judiciais após processo julgado;

11.4.d Perda de capital no valor de R\$ 293,80 refere-se à baixa de bens móveis (cadeira) sem a possibilidade de conserto.

12. DO RESULTADO ECONÔMICO DA GESTÃO DO ANO DE 2017

BENEFÍCIOS ENTREGUES 2017/AGEHAB

BENEFÍCIOS - CHEQUE MAIS MORADIA

Benefícios Entregues pela AGEHAB	Recurso Estadual	Municípios Atendidos
4.576	R\$ 35.673.060,00	66

CASAS ENTREGUES

Casas Entregues (UH)	Municípios Atendidos
2.534	25

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - ENTREGA E ASSINATURA DE ESCRITURAS

Escrituras	Municípios Atendidos	Bairros Atendidos
ENTREGUES	2.771 5	15
ASSINADAS	971 4	8

Benefícios Entregues pela AGEHAB

BENEFÍCIOS ENTREGUES PELA AGEHAB

CHEQUE MAIS MORADIA ENTREGUES POR MODALIDADE

MODALIDADE	UND	ESTADUAL	FEDERAL	TOTAL
COMUNITÁRIO	38	2.850.000,00	0,00	2.880.000,00
CONSTRUÇÃO	2.534	26.952.660,00	100.030.000,00	126.982.660,00
MELHORIA	237	711.000,00	0,00	711.000,00
PLACA	63	315.000,00	0,00	315.000,00
REFORMA	1.704	4.844.400,00	0,00	4.804.400,00
TOTAL	4.576	35.673.060,00	100.030.000,00	135.693.060,00

CHEQUE MAIS MORADIA ENTREGUES POR REGIÃO DE PLANEJAMENTO



REGIÃO DE PLANEJAMENTO	UND	ESTADUAL	FEDERAL	TOTAL
CENTRO	210	1.880.600,00	1.279.000,00	3.159.600,00
ENTORNO	351	3.596.800,00	1.341.000,00	4.937.800,00
METROPOLITANA	1.569	9.393.500,00	42.000.000,00	51.393.500,00
NORDESTE	636	3.900.000,00	4.825.000,00	8.725.000,00
NOROESTE	123	710.020,00	0,00	710.020,00
NORTE	963	10.542.240,00	42.335.000,00	52.907.240,00
OESTE	309	1.855.900,00	925.000,00	2.740.900,00
SUDESTE	42	276.000,00	1.000.000,00	1.276.000,00
SUDOESTE	3	230.000,00	0,00	230.000,00
SUL	370	3.288.000,00	6.325.000,00	9.613.000,00
TOTAL:	4.576	35.673.060,00	100.030.000,00	135.693.060,00

Casas Entregues por município em 2017

CASAS ENTREGUES EM 2017

N	MUNICÍPIO	BAIRRO	UND	DATA DE ENTREGA
1	ALTO PARAÍSO DE GOIÁS	SETOR CIDADE ALTA	40	17-05-2017
		BAIRRO CIDADE ALTA	50	31-07-2017
2	ARUANÃ	LOTES PULVERIZADOS	22	27-07-2017
3	BARRO ALTO	RESIDENCIAL GALDINO	30	07-06-2017
		SETOR PARAÍSO	40	07-06-2017
4	BURITI ALEGRE	PARQUE SÃO FRANCISCO	40	29-06-2017
5	CAVALCANTE	TERRITÓRIO KALUNGA	26	09-05-2017
6	CRIXÁS	LOTES PULVERIZADOS	32	05-05-2017
7	DIVINÓPOLIS DE GOIÁS	LOTES PULVERIZADOS	15	06-05-2017
		LOTEAMENTO GINETE	40	30-08-2017
8	FORMOSO	CONJUNTO HABITACIONAL RENASCER	49	08-03-2017
9	GOIÂNIA	RES. NELSON MANDELA - CONJUNTO VERA CRUZ	400	30-10-2017
10	GOIATUBA	SETOR BANANEIRAS E RECREIO DOS BANDEIRANTES	50	15-05-2017
11	GUAPÓ	RESIDENCIAL BANDEIRA	300	30-10-2017
12	ITUMBIARA	CONJUNTO HABITACIONAL DIONÁRIA ROCHA	35	29-06-2017
13	MARA ROSA	LOTES PULVERIZADOS	23	05-11-2017
		RESIDENCIAL SETOR OESTE	95	05-11-2017
14	MARZAGÃO	JARDIM ELDORADO	40	13-06-2017
15	MINAÇU	JARDIM FLORESTA	50	27-07-2017
16	MONTE ALEGRE DE GOIÁS	SETOR LAVA PÉ MÃE MARINHA	40	30-08-2017
17	MORRINHOS	VILA NOVA III	56	11-10-2017
		RESIDENCIAL SOLAR DO BOSQUE II	50	16-10-2017
18	NOVA IGUAÇU DE GOIÁS	LOTEAMENTO DONA QUITA	35	28-06-2017
19	NOVO BRASÍL	LOTES PULVERIZADOS	37	05-09-2017
20	ORIZONA	SETOR AEROPORTO	40	27-06-2017
21	PIRENÓPOLIS	LOTEAMENTO LUCIANO PEIXOTO	149	24-06-2017
22	PROFESSOR JAMIL	LOTEAMENTO BOA NOVA	40	15-05-2017
23	SÍTIO D'ABADIA	VILA VEREDA	40	27-07-2017
24	URUAÇU	LOTEAMENTO FRANCISCO MARTINS DE CARVALHO	41	28-06-2017
		QUILOMBO URBANO JOÃO BORGES VIEIRA	150	28-06-2017
		RESIDENCIAL DOM JOSÉ DA SILVA CHAVES	146	28-06-2017
		RESIDENCIAL JORGINA DOS SANTOS RODRIGUES	150	28-06-2017
		RESIDENCIAL MARISA DOS SANTOS PEREIRA ARAÚJO	150	28-06-2017
25	VICENTINÓPOLIS	RESIDENCIAL CONQUISTA	33	15-05-2017
	Total		2.534	

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA em 2017

ESCRITURAS ENTREGUES 2017

N	MUNICÍPIO	LOTEAMENTO	QNT
1	APARECIDA DE GOIÂNIA	Colina Azul	340
		Independência Mansões	184
		Jardim Tiradentes	99
2	CAIAPÔNIA	Setor Santa Clara	76
3	GOIÂNIA	Jardim Curitiba	369
		Vila Mutirão	165
		Boa Vista	137
		Conjunto Primavera	122
4	SENADOR CANEDO	Valeria Perillo	523
		Jardim das Oliveiras I e II	513
		Morada do Morro	85
5	TRINDADE	Marise	12
		Dona Iris I	13
		Tamareiras	11
		Dona Iris II	122
	TOTAL	15	2.771

ESCRITURAS ASSINADAS 2017

N	MUNICÍPIO	LOTEAMENTO	QNT
1	APARECIDA DE GOIÂNIA	Independência Mansões	40
		Colina Azul	13
2	BELA VISTA	Perolas do Sul	85
3	GOIÂNIA	Real Conquista	530
4	ITUMBIARA	Vila Mutirão	57
		Norma Gibaldi	14
		Dona Sinica	176
		Ladário Cardoso	56
	Total	8	971

EVENTOS REALIZADOS

Realizados e organizados 191 eventos em 2017, para a entrega de casas, assinatura e entrega de escrituras e cheques moradia, cheque comunitário e cheque reforma.

- 15 EVENTOS PARA O PROGRAMA CASA LEGAL (REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA) - COLETA DE ASSINATURA E ENTREGA DE ESCRITURAS;
- 166 EVENTOS PARA ENTREGA DE CHEQUE MORADIA, SORTeios E ENTREGAS DE CASAS E APARTAMENTOS;
- 10 EVENTOS DO "GOVERNO JUNTO DE VOCÊ".

CADASTROS REALIZADOS

Realizados durante o período de 2017, aos conveniados Agehab, para realização de cadastro, 9.326 fichas. Executados a análise de 6.011 fichas, e destas, foram contemplados 4.013 beneficiários. Dos convênios assinados até 2017, ainda há 16.598 fichas com possibilidade de serem contemplados.

ATENDIMENTOS SOCIAIS

No ano de 2017 foram realizadas as seguintes ações/atividades em Goiânia, RMG e nos municípios do interior do Estado de Goiás:

1. Gestão do contrato referente ao Conjunto Vera Cruz – Nelson Mandela e Jardins do Cerrado 10, fase 06: elaboração de documentos, viabilização e acompanhamento do processo de contratação de empresa especializada para execução do Projeto de Trabalho Social (PTS) e Gestão Condominial. Execução de ações ligadas ao pro-



cesso de seleção, contratação e entrega de unidades habitacionais do empreendimento, sendo realizadas 194 visitas domiciliares para as análises técnicas vinculadas ao processo de seleção para ambos os empreendimentos e Residencial Buriti Sereno (pessoas com deficiência, idosos, área de risco e verificação de casos de reanálise de cadastro);

2. Atividade de mobilização comunitária pré-eventos: contatos por telefone com beneficiários de programas habitacionais, a fim de repasse de informações sobre entrega de benefícios e convite para comparecimento aos eventos públicos;

3. Visitas domiciliares referentes a:

- Solicitações de Cheque Mais Moradia modalidade reforma, placa e construção, para isso foram realizadas 58 visitas em 29 municípios do Estado, inclusive na Capital;

- Solicitações para regularização fundiária em áreas do Estado para isso foram realizadas 5 visitas em 29 municípios do Estado;

- Averiguação de ocupação irregular em imóveis de interesse social - foram realizadas visitas em 65 municípios.

4. Visitas técnicas referentes a:

- Solicitações de declaração de residência - 41 visitas realizadas;

- Supervisão do trabalho social: - Visitas aos municípios em que há parceria com a AGEHAB para construção de unidades habitacionais, para realização de supervisão e suporte técnico na execução do PTS;

5. Atendimento na AGEHAB e/ou por telefone, aos Técnicos Municipais, referente a execução do PTS nos municípios e atendimentos diversos a usuários da Política Habitacional referente a solicitações para:

- Realização de distrato de contrato referente a benefício habitacional;

- A necessidade de 2ª via de Termo de Autorização de Mudança;

- Mudança de titularidade de imóvel;

- Orientações a possíveis beneficiários sobre inscrição em programas habitacionais da Agehab.

6. Participação em eventos para entrega de casas e Termos de Autorização de Mudança, orientações referentes ao imóvel recebido, além da resolução de pendências pós-eventos de entrega;

7. Atividades administrativas diversas tais como: a criação, análise e resposta a processos que não demandam visita técnica; Elaboração e envio de ofícios, acompanhados ou não de documentação a outros órgãos/ instituições e criação e acompanhamento de processos referentes a solicitação de pagamento de diárias da equipe técnica da gerência.

OPERACIONALIZAÇÃO DO CHEQUE MORADIA

As atividades realizadas na operacionalização do cheque moradia, em 2017 e que contribuíram para a execução da política habitacional de interesse social estão relacionadas abaixo:

1. Levantamento de recursos liberados desde 2011 até a presente data (possível Conveniada);

2. Abertura de 165 arquivos digitais e fechamento de Grupos, para entrega de cheques, no Sistema Palladio Gerencial;

3. Acompanhamento de liberação de recursos pela SEFAZ;

4. Importação e impressão de Cheque Moradia foram impressos R\$ 23.216.600,00 em Cheques Moradia, que foram solicitados e liberados em 2017, conforme tabela abaixo.

MODALIDADE	QUANT.	VALOR TOTAL DE CHEQUES IMPRESSOS
REFORMA	1.209	R\$ 3.419.600,00
MELHORIA	359	R\$ 1.077.000,00
PLACAS	51	R\$ 255.000,00
FAR CONSTRUÇÃO	10	R\$ 2.515.000,00
FAR COMPLEMENTO	1	R\$ 200.000,00
COMUNITÁRIO	53	R\$ 4.304.000,00
CONSTRUÇÃO	283	R\$ 3.405.000,00
COMPLEMENTO	1.290	R\$ 8.041.000,00
TOTAL	3.256	R\$23.216.600,00

5. Impressão de contratos, das etapas A ou R, orientações e modelo de ofício de desbloqueio e prorrogação de cheques moradia (tabela abaixo)

MODALIDADE	QUANT. CONTRATOS	QUANT. FOLHAS A4 - PAPEL SUFITE IMPRESSAS
REFORMA	2.418	12.342
MELHORIA	718	3.646
PLACAS	38	218
FAR CONSTRUÇÃO	-	20
FAR COMPLEMENTO	-	2
COMUNITÁRIO	-	872
CONSTRUÇÃO	566	3.704
COMPLEMENTO	-	2.818
TOTAL	3.740	23.622

6. Conferência de contratos assinados pelos beneficiários;

7. Desbloqueio e prorrogação de Cheque Moradia;

8. Inserção dos Recibos de Cheques assinados pelos beneficiários no Palladio;

9. Contratos e Recibos encaminhados para GECONV - Gerência de Convênios;

10. Cancelamento de Cheques;

11. Solicitação de Relatório de Baixa no Sistema SEFAZ;

12. Emissão de lista de beneficiários contemplados;

13. Atendimento ao público externo, tanto telefônico, presencial e email;

14. Controle de contratos e processos.

15. Assessoramento à Presidência e Comunicação;

16. Análise de processos administrativos.

INOVAÇÃO – PROJETO CASA SOLAR

Desde junho de 2016, a Agência Goiana de Habitação (Agehab) vem instando sistemas de geração de energia solar em moradias de interesse social no Estado de Goiás. As primeiras unidades para estudo, que receberam a tecnologia, estão localizadas no Jardim Curitiba em Goiânia, e a partir daí o programa foi ampliado para outras cidades do Estado.

Em 2017, cerca de 1.200 famílias receberam os benefícios através do Cheque Melhoria nos municípios de Alto Paraíso, Pirenópolis, Caçu e Palmeiras de Goiás (conforme tabela abaixo). O benefício para essas famílias é principalmente a economia na conta de luz, que chega a até 70%.

Essa é uma ação que alia sustentabilidade e economia, trazendo às famílias goianas de menor poder aquisitivo uma oportunidade de moradia digna e inclusão social. A energia fotovoltaica é obtida pela conversão da luz do sol em eletricidade, através de painéis solares e um microconversor instalados nas casas, que fornecem energia para o imóvel. A eletricidade produzida e não consumida pela residência é encaminhada para a rede distribuidora de energia e gera créditos na fatura do morador. O custo da energia deixa de impactar a renda das famílias e esse valor passa a ser investido em outras áreas, como alimentação, educação e saúde.

Municípios beneficiados com Cheque Melhoria - Casa Solar em 2017

MUNICIPIO	CONVENIADO	UH	RECURSO ESTADUAL
ALTO PARAÍSO DE GOIÁS	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO DE GOIÁS	40	120.000,00
CAÇU	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇU	270	810.000,00
PALMEIRAS DE GOIÁS	PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRAS DE GOIÁS	740	2.220.000,00
PIRENÓPOLIS	AGEHAB	149	447.000,00
	Total Geral	1.199	3.597.000,00

Prêmios conquistados pela Agehab 2017

- Selo de Mérito da ABC/ Especial - Projeto Casa Solar

- Prêmio SINDUSCON-GO de Boas Práticas/Construir Mais - Projeto Casa Solar

- Em 2017 - Três artigos científicos foram publicados em Revista Internacional pela equipe da Agehab em parceria com o IFG (Instituto Federal Goiano) - sobre o Projeto Casa Solar.

Goiânia/GO, 31 de dezembro de 2017.

LUIZ ANTONIO STIVAL MILHOMENS
Presidente
CPF: 839.954.471-04

FERNANDO JORGE OLIVEIRA
Diretor Administrativo
CPF: 375.685.581-34

HYULLEY AQUINO MACHADO
Diretor Financeiro
CPF: 789.352.881-87

MARCEL BRUNO SILVEIRA E SOUZA
Diretor Técnico
CPF: 902.554.611-00

MURILO MENDONÇA BARRA
Diretor Des. Inst. Coop. Técnica
CPF: 573.985.341-91

KAMILLA GUIMARÃES RODRIGUES
Contadora CRC nº 017564
CPF: 913.946.431-87

MARCO ANTÔNIO FERREIRA
Diretor de Governança e Transparência
CPF: 565.624.386-91

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

ILMO Srº Luiz Antônio Stival Milhomens
Agência Goiana de Habitação S/A
CNPJ 01.274.240/0001-47
Goiânia – GO

Examinamos as Demonstrações Contábeis da Agência Goiana de Habitação S/A que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2017 e as respectivas Demonstrações do Resultado do Exercício, das Mutações do Patrimônio Líquido, do Fluxo de Caixa, e Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras, para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Expressamos opinião de auditoria sem modificação sobre as demonstrações contábeis em nosso relatório com data de 15 de Março de 2018. Essas demonstrações contábeis não refletem os efeitos de eventos que ocorreram após o dia 15 de Março de 2018.

Opinião do Auditor Independente

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Agência Goiana de Habitação S/A em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as Sociedades de Economia Mista.

Base para Opinião do Auditor

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossa responsabilidade, em conformidade com tais normas, está descrita na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade auditada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria – PAA

Principais Assuntos de Auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das Demonstrações Contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas Demonstrações Contábeis, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da Administração. Nossa opinião sobre as Demonstrações Contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

As Demonstrações Contábeis correspondentes ao exercício findo em 31/12/2017, apresentadas para fins comparativos, foram por nós auditadas, tendo sido emitido Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis, sem ressalvas, na data de 15 de Março de 2018.

Responsabilidade da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração da Agência Goiana de Habitação S/A é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, específicas para Sociedade de Economia Mista e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Auditada continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que os Diretores pretendam liquidar a Auditada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou circunstâncias que possa levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso Relatório de Auditoria para as respectivas divulgações nas Demonstrações Contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso Relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Goiânia-GO, 15 de Março de 2018.

AGUIAR ARAÚJO DE OLIVEIRA
AUDITOR INDEPENDENTE
CRC-GO 7.306/O CVM 9.059

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Analisamos o relatório da Diretoria, bem como as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, composto de BALANÇO PATRIMONIAL, DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO, DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO, DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA e NOTAS EXPLICATIVAS, e levando em conta o PARECER emitido pela Auditoria Independente, nos termos do relatório de auditoria correspondente, que contém todos os pontos julgados merecedores de destaque, nosso parecer é pela aprovação das referidas demonstrações. A documentação foi analisada sob aspectos da veracidade ideológica presumida.

Goiânia, 03 de Abril de 2018

CLEOMAR DUTRA FERREIRA
Vice-Presidente

HWASKAR FAGUNDES
Presidente

EDUARDO GOMES COTTA MENDONÇA
Membro

SARKIS NABI CURI
Membro

EDSON MELO FILIZZOLA
Membro

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da AGÊNCIA GOIANA DE HABITAÇÃO S/A – AGEHAB infra-assinados, após examinarem o BALANÇO PATRIMONIAL, DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO, DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO, DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA e NOTAS EXPLICATIVAS, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, e levando em consideração o PARECER emitido pela Auditoria Independente, nos termos do relatório de auditoria correspondente, que contém todos os pontos julgados merecedores de destaque, são de parecer favorável à aprovação das referidas demonstrações. A documentação foi analisada sob aspectos da veracidade ideológica presumida.

Os membros do Conselho Fiscal atestam que não há irregularidades, ilegitimidades, ilegalidades e atos de gestão antieconômicos apurados no exame das contas e que os administradores contemplam de idoneidade e responsabilidade sobre os cofres públicos, desta agência.

Goiânia- Goiás, 23 de Março de 2018.

SERGIO AUGUSTO INÁCIO DE OLIVEIRA
Conselheiro

GUILHERME FREITAS SOUZA
Conselheiro

BENITEZ BRANDÃO CALIL
Conselheiro

Protocolo 71480